

ATA N.º 2/2025

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 15/01/2025

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE, PRESIDENTE DA CÂMARA
VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES
RITA MENDES MARQUES BOM DE SOUSA, em substituição do Vereador Miguel José Fonseca Bentinho
ANTÓNIO COSTA DA SILVA

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

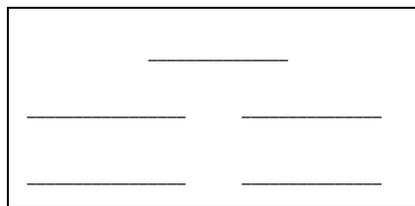
HORA DE ENCERRAMENTO: 16:40HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS:

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 08/01/2025

CAIXA	899,33€
FUNDOS DE MANEIO	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUISA MARQUES MIRA FERREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 2 – MARIA MANUEL NARCISO GRILO ROBERTO	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – FILIPE NETTO DE MIRANDA DUARTE	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 6 –FÁBIO JOSÉ BRNCO PEREIRA	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
C.G.D.- CONTA N.º 0035/00000345430	142.570,62€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	4.726,64€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	5.739,71€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950.....	19.490,45€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050.....	62,14€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	140.660,59€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	34.749,70€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950.....	3.612,00€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.015,36 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950.....	674,24€
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001.....	38.345,06€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	139.732,25 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	923.230,65€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.007,65€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41€
C.EM.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	7.758,26€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.508.323,88€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	1.711.214,69 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	202.890,81€



O Senhor Presidente deu início à reunião, saudando todos os presentes, bem como os que acompanhavam a sessão através das redes sociais.-----

De seguida, informou que a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia não pôde estar presente por motivos de saúde, tendo a sua falta sido votada e justificada por escrutínio secreto.-----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião-----

1) Proposta de aprovação da Ata em minuta no final da reunião; -----

2) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 24 de maio de 2023; ---

3) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião extraordinária de 7 de fevereiro de 2024; -----

4) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 18 de dezembro de 2024; -----

5) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião extraordinária de 27 de dezembro de 2024; -----

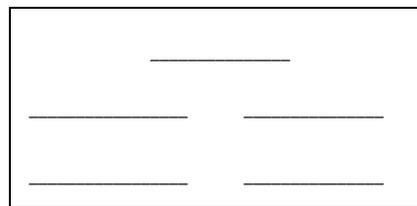
6) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara;-----

7) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente, datado de 3 de janeiro de 2025, que aprovou a alteração orçamental nº 1 de 2025, que integra a 1ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa e a 1ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----

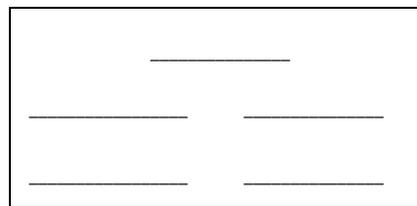
8) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente, datado de 9 de janeiro de 2025, que aprovou a alteração orçamental nº 2/2025 que integra a 2ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 2ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e a 1ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais;-----

9) Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para Ocupação de um Posto de Trabalho de Técnico Superior(Arquitetura); -----

10) Proposta de interrupção temporária de trânsito em várias ruas de Viana do Alentejo, devido à realização da Corrida "Viana-a-Par-de-Alvito", no dia 19 de janeiro de 2025;



- 11) Proposta de transferência de verba para a Sociedade União Alcaçovense (Escola de Música), referente ao ano de 2024;-----
- 12) Proposta de transferência de verba para a Sociedade União Alcaçovense (Banda de Música), referente ao ano de 2024;-----
- 13) Proposta de transferência de verba para a Sociedade União Alcaçovense (Grupo Cénico da Sociedade União Alcaçovense), referente ao 1º e 2º trimestres de 2024; -----
- 14) Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos das Alcáçovas, Associação de Defesa do Património, referente ao 3º trimestre de 2024; -----
- 15) Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos das Alcáçovas, Associação de Defesa do Património, referente ao 4º trimestre de 2024; -----
- 16) Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos das Alcáçovas (24º aniversário);;-----
- 17) Proposta de transferência de verba para a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Viana do Alentejo, referente ao IX Festival do Acordeão, integrado na Feira D'Aires/2024-----
- 18) Proposta de transferência de verba para a Associação Terra Mãe, referente ao 2º semestre de 2024; -----
- 19) Proposta de transferência de verba para a Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 (AMREN2) – Quota de 2025;-----
- 20) Proposta de transferência de verba para a Associação Nacional de Assembleia Municipais (Quota de 2025); -----
- 21) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente, que aprovou a Carta de Compromisso de Investimento Social, no âmbito de uma candidatura ao programa "Parcerias para a Inovação Social"; -----
- 22) Proposta de deferimento e manutenção de indeferimentos de atribuição de Bolsas de Estudo, após audiência prévia;-----
- 23) Proposta de Atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar - Ano Letivo 2024-2025 - 1º Ciclo do Ensino Básico.-----
- 24) Proposta de substituição da Coordenadora Técnica do CLDS 5G de Viana do Alentejo;



25) Proposta de aprovação do Auto de Medição nº 23, referente à Empreitada de Requalificação da EBSIS; -----

26. Proposta de aprovação do Auto de Revisão de preços nº 23, referente à Empreitada de Requalificação da EBSIS; -----

27. Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 9, referente à Empreitada de Requalificação da EBSIS; -----

28) Proposta para fixação do número de viagens gratuitas a atribuir no ano de 2025; ---

Período de antes da ordem do dia –O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção com um balanço das obras em curso e do respetivo progresso. -----

Relativamente à obra da ASA (Área de Serviço de Autocaravanas), informou que, de acordo com o engenheiro responsável, a previsão é de que os arruamentos estejam concluídos até ao final do mês, seguindo-se a colocação das pedras. -----

Relativamente à obra da EBSIS, referiu que havia várias equipas no terreno, o que indicava um bom andamento dos trabalhos. -----

Quanto às Extensões de Saúde, embora se encontrem em fases distintas, afirmou que as obras decorrem dentro da normalidade. Relativamente à Extensão de Saúde de Aguiar, referiu que, aquando do início dos trabalhos, foi detetado um solo muito arenoso, o que dificultou a execução da obra; no entanto, a rocha foi alcançada em pouco tempo, permitindo a continuação dos trabalhos. -----

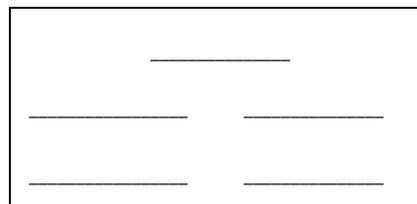
Prosseguindo, referiu que a obra de ampliação do Centro de Saúde está prevista para ter início no mês de fevereiro de 2025, embora ainda sem data definida, encontrando-se, neste momento, a decorrer o prazo da audiência prévia.-----

Em relação aos Campos de Padel e Parques Infantis, referiu que, enquanto não houver uma alteração orçamental, não será possível avançar com as obras, apesar de todos os processos estarem prontos para o lançamento do respetivo concurso. -----

O Senhor Presidente explicou que o Loteamento das Casas Pré-fabricadas de Aguiar se encontrava em fase de discussão pública até ao dia 10 de fevereiro. No que diz respeito à Zona Industrial de Aguiar, adiantou que se previa a receção do projeto até ao final da semana, enquanto o projeto relativo ao Mercado de Alcáçovas foi rececionado no dia anterior. -----

Em relação à escola de Aguiar, referiu que esta se encontrava candidatada, conforme já havia informado anteriormente, estando agora a aguardar a análise da candidatura. ----

Além disso, o Senhor Presidente informou que tinha sido realizada uma reunião com o Ministério da Administração Interna (MAI), relativamente à obra do Quartel da G.N.R. Durante essa reunião, foi referido que o processo se encontrava em pausa devido à necessidade de atualização de preços, uma vez que existia uma divergência entre o MAI e a empresa responsável pelo projeto. Trata-se de um projeto antigo, cujos valores estavam desatualizados, sendo que a resolução da situação dependia da apresentação



de uma contraproposta por parte do MAI à empresa de arquitetura, com vista à elaboração de uma adenda ao Protocolo e ao conseqüente avanço da obra. -----

O Senhor Presidente acrescentou que informou o MAI da disponibilidade da Câmara Municipal para eventualmente participar numa parceria, caso fosse necessário; no entanto, tal não é possível, uma vez que compete exclusivamente àquele Ministério a resolução da situação. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente referiu que restava ter esperança de que a empresa aceite os valores propostos pelo MAI, de forma a permitir o avanço do processo. Acrescentou que, segundo a sua experiência em situações semelhantes, a atualização de preços é um procedimento rápido, uma vez que não existem alterações ao projeto.

Em seguida, a Senhora Vice-Presidente usou da palavra para destacar as diversas atividades realizadas no âmbito das Comemorações do Feriado Municipal, sublinhando o sucesso de todas elas. Destacou, em particular, a caminhada realizada em Aguiar, no dia 12 de janeiro, organizada pelo Grupo de Caminhadas "Alcáçovas Outdoor Trails", bem como o 10.º RAID BTT, promovido pelo Grupo Desportivo Galopar e Pedalar – Clube, que também teve lugar naquela freguesia. -----

Ainda no dia 12, em Viana do Alentejo, teve lugar, na Biblioteca Municipal, a apresentação do livro da autoria de Francisco Fadista, intitulado “*Memórias das Alcnhas de Viana do Alentejo*”, perante uma sala cheia de público. A Senhora Vereadora endereçou felicitações ao autor, reconhecendo o seu empenho e dedicação na recolha destas alcunhas, consideradas de grande importância para a memória e identidade da freguesia. -----

A Senhora Vice-Presidente expressou o seu agradecimento à Fanfarra da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo pela colaboração prestada nas três arruadas realizadas nas freguesias do concelho. -----

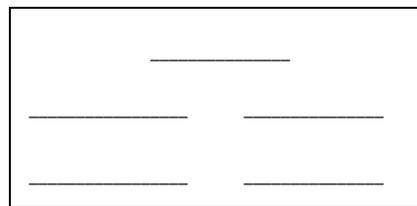
Esclareceu que, habitualmente, é convidada a Banda da Sociedade União Alcaçovense a participar nestas iniciativas, porém, este ano, não foi possível contar com a sua presença por se tratar de um dia útil, o que impossibilitou a disponibilidade dos seus elementos, devido aos compromissos laborais. -----

Acrescentou ainda que foi um prazer contar com a participação da fanfarra, que iniciou recentemente a sua atividade, enaltecendo a sua prestação e colaboração. -----

Relativamente à Sessão Solene, a Senhora Vice-Presidente informou que foi atribuída a Medalha de Honra ao Dr. Augusto Santana de Brito, bem como Medalhas de Mérito a todos os atletas do concelho que se distinguiram ao nível desportivo. -----

Referiu ainda que, no final da tarde, teve lugar o espetáculo de Fernando Ferreira, o qual considerou de excelente qualidade. -----

Salientou também a realização da Corrida “Viana a par de Alvito”, agendada para o dia 19 de janeiro de 2025, informando que o prazo para inscrições terminaria no dia 15 do mesmo mês. Manifestou expectativa de uma boa adesão por parte dos participantes, prevendo-se que, até ao final do período de inscrições, fosse atingido o número de 400 inscritos. Contudo, esse número não incluía os escalões de formação, pois, até ao momento, não tinham acesso às inscrições correspondentes. -----



A título de informação, referiu que, no ano anterior, registaram-se 265 participações nos escalões principais e 90 nos escalões de formação. Neste ano, até à data, contabilizavam-se 371 inscrições nos escalões principais e 100 nos escalões de formação. -----

Sobre este assunto, acrescentou que foi informada de que, pela primeira vez, irão participar na corrida atletas de cinco nacionalidades, nomeadamente: um atleta argentino, um russo, dois espanhóis, um norueguês e dois brasileiros. -----

A Senhora Vice-Presidente acrescentou que, este ano, será oferecido um kit de participação, composto por produtos locais de Viana e Alvito, a todos os inscritos, tanto na corrida como na caminhada. Para além disso, será também entregue um prémio mais velho, tanto masculino como feminino. -----

Continuando a sua intervenção, a Senhora Vice-Presidente expressou o seu agradecimento aos técnicos responsáveis pela organização e colaboração na iniciativa, sublinhando que o seu contributo tem sido essencial para o sucesso da prova. -----

Informou ainda que se encontram abertas as inscrições para o curso de Nadadores-Salvadores, explicando que o concurso apenas poderá ser realizado com um mínimo de 15 inscritos. Como, até ao momento, apenas se registavam 5 inscrições, decidiu-se prolongar o prazo até ao dia 20. Referiu também que os técnicos da Câmara Municipal estavam empenhados em procurar, nas localidades vizinhas, pessoas interessadas em inscrever-se. -----

A Senhora Vice-Presidente destacou a importância de se conseguir abrir este concurso, alertando que, caso tal não aconteça, o município voltará a enfrentar dificuldades na época balnear. -----

Neste contexto, a Senhora Vice-Presidente solicitou o esforço de todos, no sentido de se encontrar uma solução para este assunto. -----

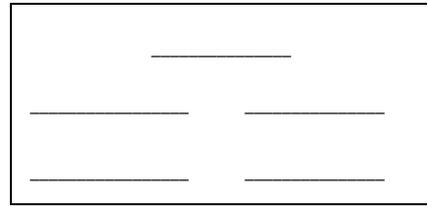
O Senhor Presidente tomou a palavra e informou que esta comunicação, relativa à necessidade de Nadadores-Salvadores, já tinha sido enviada para os Corpos de Bombeiros de Vidigueira, Cuba e Alvito. -----

Acrescentou que a sugestão da Senhora Vereadora Rita Rafael — no sentido de alargar a divulgação desta informação aos jogadores — era uma excelente ideia, sobretudo por se tratar de um período em que os mesmos se encontram inativos. -----

Senhora Vereadora Rita Rafael usou da palavra e iniciou a sua intervenção com uma saudação ao Professor Francisco Fadista, pela apresentação do livro de sua autoria, integrada numa das iniciativas das Comemorações do Feriado Municipal. -----

Referiu-se, ainda, a uma informação publicada nos sites da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGE) e do Município, relativa à realização de uma sessão pública sobre a prospeção e pesquisa de depósitos minerais metálicos, agendada para o próximo dia 17 de janeiro de 2025, no Cineteatro Vianense. Considerou que, dada a importância do tema, esta sessão deveria ser divulgada através de outros meios de comunicação, uma vez que nem todos os munícipes consultam regularmente o site da Câmara. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael questionou se já existia data marcada para a inspeção ao Centro Social de Aguiar. -----



Referiu-se ainda à publicação das atas no site do Município, constatando que já se encontravam disponíveis na sua maioria. -----

Acrescentou que, uma vez que não esteve presente na reunião de 31 de julho de 2024, tal como o Senhor Presidente, manifestou curiosidade em consultar a respetiva ata. Após a leitura, constatou a existência de diversos erros, os quais enumerou, questionando como foi possível aprovar uma ata com tais incorreções. -----

O Senhor Presidente usou da palavra para agradecer à Senhora Vereadora o trabalho de verificação e correção da ata. No entanto, solicitou que, numa próxima ocasião, fosse informado previamente, salientando que, por não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere, nem ele nem a Senhora Vereadora podem participar na sua discussão ou introduzir correções. -----

O Senhor Presidente referiu que solicitaria à Técnica que secretariava a reunião que, em articulação com o Técnico Informático, procurasse resolver a situação.-----

A Senhora Vereadora Rita Rafael retomou a sua intervenção e solicitou ao Técnico Informático que dá apoio à reunião que projetasse a minuta da ata relativa à reunião de 3 de janeiro, com o objetivo de proceder à sua análise, uma vez que a mesma já não se encontrava disponível no sistema. Informou, para o efeito, que trazia consigo uma cópia gravada numa pen. -----

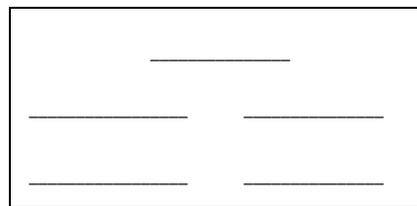
Acrescentou que, no dia da referida reunião, lhe foi comunicado que a minuta da ata teria de ser assinada com a maior brevidade possível, tendo em conta que a Junta de Freguesia necessitava da licença de ruído para a realização do evento “As Janeiras”.

A Senhora Vereadora salientou ainda que, apesar de o edital das deliberações estar correto, a minuta – da qual tinha efetuado um print – não continha referência às deliberações tomadas. Assim, alertou para a necessidade de se ter esta situação em atenção e proceder à respetiva correção. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael referiu-se novamente à última reunião de Câmara e ao pedido de prorrogação de prazo relativo a uma obra, destacando que, sempre que um empreiteiro solicita tal prorrogação, deve ser tido em consideração o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio. Este determina que o pedido de prorrogação de prazo deve ser apresentado enquanto o prazo original se encontra em vigor, uma vez que, findo esse prazo, já não se poderá falar em prorrogação, mas sim em caducidade. -----

Assim, defendeu que a Câmara, enquanto dona da obra, deve pronunciar-se sobre o pedido antes do termo do prazo estabelecido, preferencialmente até ao próprio dia em que este termina. -----

Sublinhou ainda que, quando o empreiteiro tem conhecimento antecipado de que não conseguirá concluir a obra dentro do prazo contratual, deverá submeter o respetivo pedido de prorrogação atempadamente, permitindo que este seja devidamente fiscalizado e analisado, de modo a poder ser incluído na ordem de trabalhos de uma reunião de Câmara, ou, em alternativa, autorizado pelo Senhor Presidente e posteriormente ratificado na reunião seguinte. -----



Neste contexto, citou ainda um parecer da DAJ – Divisão de Apoio Jurídico, datado de julho de 2019, que reforça esta interpretação ao afirmar que “o dono de uma obra pode decidir com a devida fundamentação’.” -----

O Senhor Presidente, no uso da palavra, questionou a Senhora Vereadora quanto à fonte da informação apresentada, sublinhando que não iria pronunciar-se sobre o assunto, uma vez que já tinha expressado a sua opinião anteriormente e não dispunha de conhecimentos técnicos que lhe permitissem fazê-lo com propriedade. -----

Na sua perspetiva, a situação não fazia sentido, pois, existindo um prazo legal para o empreiteiro solicitar a prorrogação, considerava que a Câmara não deveria intervir antes da apresentação formal desse pedido. No entanto, admitiu que poderia ser solicitado um parecer jurídico, com o objetivo de esclarecer a questão. -----

Interveio o Senhor Vereador António Costa da Silva, referindo-se à intervenção anterior da Senhora Vereadora Rita Rafael. Afirmou que a leitura que fizera da legislação relativa à prorrogação de prazo de obras não foi exaustiva, mas que, da sua interpretação, resultava a perceção de que a questão central residia na existência de uma fundamentação apresentada pelo empreiteiro. -----

Considerou que é com base nessa fundamentação que se deve aferir a validade da decisão tomada, pois, caso o empreiteiro não tenha tido responsabilidade nos atrasos, nos termos previstos na lei, a atuação da Câmara terá sido correta. Caso contrário, poderia estar a ser tomada uma decisão incorreta. -----

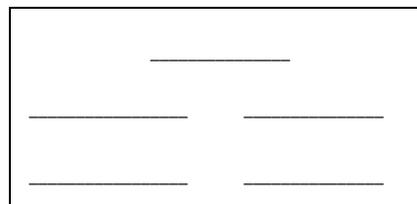
O Senhor Vereador afirmou estar convicto de que existe na Câmara um pedido feito pelo empreiteiro. Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que tal pedido deveria estar anexado à informação elaborada pela fiscalização. -----

O Senhor Presidente continuou a sua intervenção e, relativamente à questão da sessão pública sobre a prospeção mineira, abordada pela Senhora Vereadora Rita Rafael, afirmou não ter conhecimento daquele assunto. A senhora Vereadora interveio e disse que o documento datava de 9 de dezembro e a publicação tinha sido feita no dia 10 de dezembro, no site do Município. -----

O Senhor Presidente referiu que lhe parecia que o Chefe de Gabinete, Dr. Eduardo Luciano, lhe havia mencionado o assunto, pelo que iria solicitar a sua presença com o intuito de prestar os devidos esclarecimentos. -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente informou que a inspeção ao Centro Social de Aguiar havia sido solicitada e o respetivo pagamento efetuado no dia 10 de janeiro, conforme o procedimento habitual, encontrando-se neste momento a aguardar a marcação da data para a sua realização. -----

Usou da palavra o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente, Dr. Eduardo Luciano, que informou que aquelas sessões de esclarecimento decorrem do previsto na legislação aplicável, tendo a empresa responsável pela prospeção solicitado uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara. Como este se encontrava ausente, a reunião foi realizada com o próprio Chefe de Gabinete, tendo então sido acordada a realização de duas sessões de esclarecimento: uma na sede do concelho (Viana do Alentejo) e outra na freguesia de Alcáçovas, também ela abrangida pela intervenção. -----



Ficou ainda estabelecido que a empresa trataria da elaboração da publicação informativa e a enviaria à Câmara Municipal, para que esta procedesse à divulgação através dos meios habituais, uma vez que está legalmente obrigada a fazê-lo. Após a publicação, a Câmara remeteria o respetivo comprovativo, permitindo assim a realização das sessões agendadas para os dias 17 de janeiro, em Viana do Alentejo, e 18 de janeiro, em Alcáçovas. -----

As sessões têm como objetivo esclarecer que a prospeção incidirá sobre uma parcela muito limitada do território, sendo esta destinada a avaliar a eventual viabilidade económica de uma futura exploração mineira. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael voltou a intervir, referindo que, tratando-se de um assunto de elevada importância, não compreendia a razão pela qual o mesmo não havia sido divulgado nas redes sociais, uma vez que poderia haver munícipes interessados ou com curiosidade sobre o tema. -----

O Chefe de Gabinete, Dr. Eduardo Luciano, explicou que a publicação era realizada na página oficial da Internet e em jornal local ou nacional. A Senhora Vereadora observou que a divulgação já estava disponível na página da DJEG – Direção-Geral de Energia e Geologia, bem como no site do Município. -----

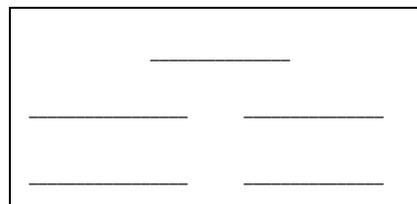
O Chefe de Gabinete do Senhor Presidente salientou que, caso o Senhor Presidente entendesse oportuno, não haveria qualquer impedimento legal para que a divulgação também fosse feita nas redes sociais. -----

O Senhor Presidente interveio, afirmando que, não havendo qualquer impedimento legal, não via inconveniente algum na publicação do assunto nas redes sociais. -----

Voltou a intervir o Senhor Vereador António Costa da Silva, recordando as advertências que havia feito numa reunião da Câmara realizada no verão passado, relativamente à questão da prospeção mineira e à intenção de investimento por parte de uma empresa recentemente constituída. Referiu que, na altura, com base na informação então disponível, questionou o Município e o Senhor Presidente da Câmara, tendo este afirmado que não possuía qualquer informação sobre o assunto. Acrescentou ainda que o tema foi igualmente debatido em sessão de Assembleia Municipal, onde o Senhor Presidente reiterou não ter conhecimento do referido processo. -----

O Senhor Vereador referiu que, em outubro, na data limite para apresentação de resposta relativamente a este assunto, durante a penúltima reunião de Câmara, havia chamado a atenção para a necessidade de se perceber se o Município tinha tomado alguma posição. Recordou que, nessa ocasião, quem presidia à reunião era a Senhora Vice-Presidente, que igualmente declarou não ter conhecimento do assunto. O Senhor Vereador insistiu na questão, manifestando estranheza pelo facto de não existir qualquer informação disponível no Município, tendo em conta que outros municípios abrangidos já haviam assumido publicamente uma posição. -----

Prosseguindo, o Senhor Vereador referiu que, durante o intervalo da referida reunião, se veio a verificar que, afinal, no mês de agosto (embora sem certeza quanto ao dia exato), tinha dado entrada no Município uma comunicação da empresa manifestando a intenção referida. Acrescentou que, tanto quanto é do seu conhecimento, a Câmara



Municipal não tomou qualquer posição sobre o assunto, nem foi elaborado qualquer parecer a esse respeito. -----

O Senhor Presidente respondeu que existia, de facto, um parecer sobre a matéria, o qual já tinha sido submetido a reunião de Câmara. Esta informação foi confirmada pela Senhora Vereadora Rita Rafael, que referiu que o Executivo se pronunciara sobre o assunto no último, ou penúltimo, dia útil.-----

O Senhor Vereador prosseguiu a sua intervenção, afirmando que, estando confirmada a existência do parecer e a pronúncia da Câmara, o processo deverá seguir os seus trâmites habituais, incluindo uma explicação por parte da empresa, com base no processo que, supostamente, lhe foi aprovado. Questionou ainda se a população ainda poderá intervir ou não no âmbito deste processo, sublinhando a importância de ouvir os cidadãos, dado que a sua opinião é sempre relevante, sobretudo quando estão em causa matérias suscetíveis de implicações na vida das pessoas e no futuro do Concelho. Neste contexto, o Senhor Vereador questionou se, com a deliberação da Câmara, o assunto estaria considerado como resolvido e, em caso afirmativo, qual a finalidade das apresentações que estavam a ser realizadas. -----

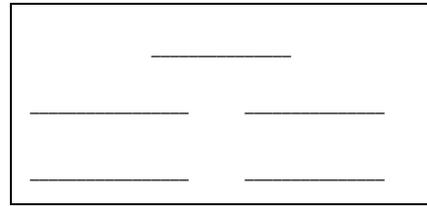
O Senhor Presidente esclareceu que, para além do parecer, também tinha sido aprovada a autorização para a empresa proceder à realização de consultas às populações. -----

Interveio então o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente, corrigindo a informação anteriormente prestada. Esclareceu que o que havia sido aprovado, em sede de reunião de Câmara, foi o parecer técnico emitido pelos serviços do Município, referente à viabilidade da realização de uma prospeção mineira no território **concelho**, especificamente numa zona localizada entre os concelhos de Viana do Alentejo, Montemor-o-Novo e Évora.-----

Acrescentou que o parecer técnico dos serviços municipais teve como base o Plano Diretor Municipal (PDM), procedendo à verificação dos locais onde seria admissível a realização de prospeção, não estando em causa, em momento algum, a autorização para a abertura de minas. Esclareceu ainda que a autorização para a prospeção não compete aos Municípios, sendo esta uma responsabilidade das entidades competentes a nível central. Assim, a partir do momento em que o processo foi submetido a discussão pública, a empresa passou a estar legalmente autorizada — não por deliberação da Câmara Municipal, que não detém essa competência nem dispõe de meios para a impedir — a realizar prospeções nos locais previamente identificados. -----

O Chefe de Gabinete do Senhor Presidente recordou que uma situação semelhante havia ocorrido durante o mandato de 2013-2017, com o mesmo objetivo, abrangendo as zonas da Boa Fé e da Serra do Monfurado, afetando parcialmente o território do nosso Concelho. Referiu ainda que, à época, foi realizada uma sessão da Assembleia Municipal na localidade da Boa Fé, com o propósito de promover a discussão pública do assunto junto da população. -----

Prosseguindo, referiu que este é um processo longo, encontrando-se atualmente numa fase inicial, em que a área abrangida pelas prospeções incide sobre uma parte muito reduzida do território do nosso Concelho. Esclareceu que o contacto com a população é estabelecido diretamente pela empresa, não sendo mediado pelo Município. Ainda



assim, considerou importante que esteja presente um representante da autarquia nestas sessões. Acrescentou que a empresa não pode iniciar as prospeções sem, previamente, realizar uma sessão pública de esclarecimento sobre o que está previsto, conforme exigido por lei. Essa obrigação legal determina que a explicação deve ocorrer tanto na freguesia onde se pretende intervir, como na sede do Concelho. Só após o cumprimento deste requisito legal poderá a empresa avançar para o terreno com as ações de prospeção. -----

Esclareceu ainda que, caso as prospeções incidam sobre áreas classificadas como intocáveis pelo Plano Diretor Municipal (PDM), não poderá haver qualquer tipo de intervenção nesses locais. -----

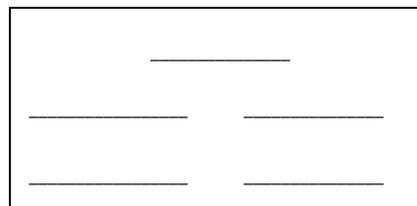
Em síntese, referiu que a Câmara Municipal se pronunciou no âmbito do processo de consulta pública, tendo o assunto sido igualmente discutido em reunião de Câmara, na qual esteve presente o Arquiteto Miguel Machado, que procedeu à respetiva explicação técnica da matéria.-----

O Dr. Eduardo Luciano referiu que, caso o Senhor Presidente assim o permitisse, entendia que a população deveria estar presente na sessão e ter a oportunidade de colocar todas as questões que considerasse pertinentes. Acrescentou que os eleitos da Câmara Municipal, caso assim o entendessem, também deveriam estar presentes, não com papel de destaque, uma vez que a responsabilidade da iniciativa cabe à empresa, mas porque o local onde a sessão terá lugar — o Cineteatro — é um espaço da propriedade do Município.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva retomou a sua intervenção, referindo-se a uma notícia publicada na imprensa local, cujo título era: “Divergência de 6 mil euros atrasa obra de 2 milhões do Posto da GNR em Viana do Alentejo”. Nesse sentido, manifestou a intenção de compreender se a divergência referida dizia respeito a um desacordo entre o Ministério da Administração Interna (MAI) e a empresa projetista, relativamente ao valor a pagar a esta última. -----

O Senhor Presidente esclareceu que o que havia sido transmitido anteriormente foi que existia, de facto, uma divergência entre o MAI e a empresa de arquitetura, relativamente aos montantes exigidos por esta para proceder à atualização dos preços do projeto. Reforçou que tinha sido claro ao afirmar que não houve qualquer alteração ao projeto original, tratando-se unicamente da atualização de preços, justificada pela antiguidade do mesmo. -----

A este propósito, o Senhor Presidente recordou uma reunião que tivera com o Ministério da Administração Interna (MAI) há cerca de um ano, na qual apresentou a proposta de alteração do local previsto para a execução da obra, caso tal fosse viável, uma vez que os custos associados à localização inicialmente definida eram superiores. Em resposta, foi-lhe transmitido que, caso pretendesse proceder à alteração do local, tal seria possível, mas implicaria um atraso na concretização da obra de, pelo menos, dois anos, além de obrigar a Câmara Municipal a suportar os custos de elaboração de um novo projeto. Perante este cenário, o Senhor Presidente referiu ter decidido manter o projeto nos termos inicialmente previstos, de forma a não comprometer os prazos e o avanço da obra. -----



Acrescentou ainda que, em momento anterior, o Ministério da Administração Interna (MAI) teria manifestado a intenção de transferir a responsabilidade para a Câmara Municipal, caso houvesse alteração ao projeto. Desta feita, o Senhor Presidente afirmou que, se neste momento fosse necessário resolver algum impasse, estava disponível para que a responsabilidade fosse assumida pela Câmara, considerando que o valor em causa cinco ou seis mil euros, não era, na sua opinião, relevante face à importância da concretização da obra. -----

No entanto, afirmou que deverá ser o Ministério da Administração Interna (MAI) a resolver esta questão, e não a Câmara Municipal. O Senhor Presidente referiu, ainda, que lhe pareceu existir da parte do MAI vontade em resolver o impasse, perante a contraproposta apresentada. -----

O Senhor Presidente referiu que o que o MAI explicou foi que o cálculo se baseava no valor inicialmente lançado para o concurso do projeto, comparando-o com o valor pelo qual a empresa projetista apresentou a sua proposta. Verificou-se uma diferença de cerca de 28%, ou seja, a empresa concorreu com um valor 28% inferior ao valor_base do concurso. Assim, entende o MAI que essa percentagem de redução deveria agora ser aplicada na atualização de preços em causa. -----

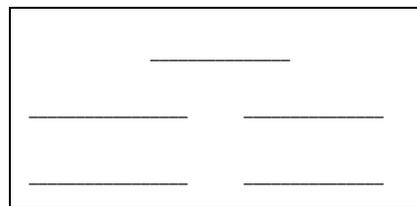
Foi precisamente nesta interpretação que surgiu a divergência, uma vez que a empresa está a solicitar um determinado valor, enquanto o MAI entende que, dado que a proposta inicial foi apresentada com um valor 28% inferior ao base, a atualização agora solicitada também deve refletir essa diferença percentual. -----

O Senhor Presidente observou que, talvez, ambas as partes tivessem razão nas suas perspetivas, mas sublinhou que esta indecisão não serve os interesses do Concelho de Viana. Contudo, referiu que o processo se encontra bem encaminhado e que o MAI tem demonstrado vontade em encontrar uma solução para a situação, esperando-se, assim, que, dentro de algumas semanas, seja recebida uma resposta do MAI a confirmar que a empresa aceitou as condições propostas. Caso contrário, será necessário continuar a acompanhar atentamente a situação e insistir junto das entidades competentes para que o assunto se resolva com a maior brevidade possível. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva voltou a usar da palavra e referiu-se ao Bairro Social de Aguiar, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, assunto que o Senhor Presidente já havia informado estar em fase de discussão pública até ao dia 10 de fevereiro. -----

Neste contexto, o Senhor Vereador mencionou que tem conhecimento de que muitos projetos incluídos foram recuperados de candidaturas anteriormente apresentadas no âmbito do programa 1.º Direito, e que o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana tem manifestado preocupações quanto ao grau de maturidade desses projetos. Desta forma, o Senhor Vereador mencionou que, sendo o projeto recuperado, tal poderá significar que será financiado a 100%, ou, em alternativa, que poderá enquadrar-se numa modalidade de financiamento parcial. -----

O Senhor Presidente confirmou que se trata desta última situação, ou seja, de um modelo de financiamento parcial. -----



Continuando a sua intervenção, o Senhor Vereador questionou se a Viana do Alentejo tinha sido interpelada nesse sentido, sublinhando que esta é uma questão de grande relevância. Acrescentou que, caso seja possível demonstrar a maturidade do projeto, tal poderá permitir o acesso a um modelo de financiamento substancialmente diferente, o que teria implicações significativas nas contas públicas do Município. -----

Relativamente à Zona Industrial de Aguiar, o Senhor Vereador referiu que a informação prestada pelo Senhor Presidente, no sentido de que os projetos seriam recebidos nos próximos dias, era insuficiente. Nesse contexto, questionou qual o calendário previsto para os procedimentos concursais, para a candidatura e para a execução do projeto. Sublinhou ainda a importância estratégica deste investimento, dada a sua relevância para o Concelho de Viana do Alentejo. -----

No que diz respeito ao Mercado de Alcáçovas, destinado à instalação de um espaço de incubação de empresas, referiu que também tinham sido recebidos projetos e questionou o significado desse facto, nomeadamente se se tratava apenas de projetos técnicos. -----

Acrescentou que, no âmbito do ITI – Investimento Territorial Integrado, esta situação tinha implicações políticas, uma vez que, no acordo estabelecido com a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, apenas uma das duas intervenções estaria prevista. Neste sentido, solicitou esclarecimentos quanto à opção efetivamente assumida pelo Município. -----

O Senhor Vereador referiu-se ainda aos Parques Infantis, cuja situação considerou ser semelhante às anteriormente abordadas. -----

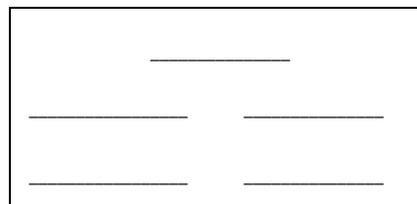
Relativamente a outras obras em curso, nomeadamente as da ASA, da EBSIS e das Extensões de Saúde, afirmou que estas já se encontram numa fase em que é possível prever os prazos de conclusão, com exceção das extensões de saúde, que apresentam um maior atraso. -----

Nesse sentido, o Senhor Vereador manifestou o desejo de ser esclarecido quanto ao estado atual destes projetos e aos respetivos prazos de execução. -----

O Senhor Presidente respondeu que, relativamente à obra da EBSIS, tudo indicava que a mesma seria concluída até ao mês de março, uma vez que os trabalhos estavam a decorrer a bom ritmo e, até ao momento, não havia qualquer indicação por parte da empresa responsável de que esse prazo não seria cumprido. -----

No que respeita à intervenção na ASA, informou que houve um atraso no final do ano, motivado pela falta de fornecimento das massas necessárias à execução da obra. Por esse motivo, ainda não era possível apresentar uma previsão concreta para a sua conclusão. -----

Contudo, salientou que tem acompanhado de perto os trabalhos e que, numa visita recente, constatou que a obra se encontrava bastante adiantada, faltando essencialmente a execução do pavimento e alguns acabamentos considerados de fácil concretização. Ainda assim, referiu que não poderia assumir qualquer compromisso quanto à data de finalização, uma vez que aguarda informações adicionais, nomeadamente na sequência de um pedido de prorrogação de prazo apresentado pela empresa na última reunião de Câmara, segundo lhe parecia. -----



Referindo-se à Zona Industrial de Aguiar e ao Mercado de Alcáçovas, o Senhor Presidente informou que os projetos iriam ser recebidos em breve e que as candidaturas decorreriam em várias fases. Destacou, no entanto, que era difícil prever datas concretas para a entrega dos projetos, uma vez que, apesar dos compromissos assumidos pelas empresas, estas atrasam-se com frequência no cumprimento dos prazos estabelecidos.-----

O procedimento habitual, assim que os projetos chegam e tudo está em conformidade, é que se proceda de acordo com os trâmites estabelecidos, sendo a indicação dada no sentido de submeter a candidatura no primeiro prazo disponível.-----

Relativamente às obras previstas no âmbito do ITI – Investimento Territorial Integrado, conforme já referido pelo Senhor Vereador, apenas uma obra estava inicialmente contemplada. Neste contexto, o que se previa era propor à Câmara o financiamento da obra na Zona Industrial de Aguiar, de forma a possibilitar a sua concretização. -----

Quanto ao Mercado de Alcáçovas, ainda não se tinha conhecimento do valor da intervenção, uma vez que não foi possível, até ao momento, consultar o documento necessário para aferir se o financiamento previsto no ITI seria suficiente. -----

O Senhor Presidente explicou ainda que se previa incluir o Bairro Fragoso e a artéria principal de Aguiar, uma vez que existia uma verba disponível no âmbito do Ciclo Urbano da Água. A intenção seria dividir essa verba entre as duas obras e complementar o financiamento com recurso a um empréstimo bancário. -----

Este assunto já havia sido discutido anteriormente, tendo inclusivamente contado com a opinião do Senhor Vereador, que referiu a possibilidade de estas obras ficarem em aberto para eventuais redistribuições de verbas, caso outros Municípios não consigam concretizar as respetivas intervenções previstas. -----

Em suma, o plano do executivo, no momento, era avançar com as obras, mesmo que fosse necessário recorrer a um financiamento, pois, enquanto as obras estiverem em aberto, o executivo em funções poderá eventualmente resgatar alguma verba para a sua concretização. -----

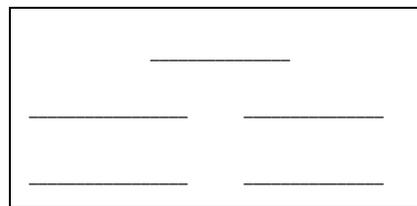
O Senhor Presidente referiu que este assunto seria submetido a reunião de Câmara, para apreciação do Senhor Vereador e das Senhoras Vereadoras. -----

Na sua opinião, este método será o mais eficaz para viabilizar a concretização das obras, pois, se se limitarem apenas às que estão incluídas no ITI, não conseguirão alcançar os objetivos, e o Concelho precisa dessas obras — e merece-as. -----

Acrescentou ainda que se trata de oportunidades únicas que, se não forem aproveitadas, colocarão o Concelho na cauda do ranking do nosso distrito. -----

Relativamente ao Bairro Social de Aguiar, o Senhor Presidente referiu que já tinham recebido a informação e que haviam respondido com o respetivo grau de maturidade. No momento, não sabia ao certo qual era esse grau, mas adiantou que não seria muito elevado, uma vez que o valor dos projetos não foi contabilizado, dado que ainda não foram emitidas as faturas e, por isso, não foram pagos. -----

Ainda assim, a resposta foi dada e espera que o Bairro possa ser contemplado, de forma a “voltar a entrar na corrida”, pois, na sua opinião, há condições para tal. -----



Assim que as faturas forem pagas, atualizarão o grau de maturidade. Reforçou que a resposta foi dada com a maior brevidade possível, de acordo com a informação disponível à data, e que têm acompanhado esta situação com atenção, concluindo que “estão no bom caminho”. -----

Interveio ainda o Senhor Vereador António Costa da Silva, que agradeceu as explicações do Senhor Presidente e afirmou ter ficado satisfeito com algumas delas. Esclareceu, ainda, que entre ele e o Senhor Presidente tinham ocorrido conversas sobre este assunto, mas frisou que não deveriam ser interpretadas como conversas “escondidas”. O Senhor Presidente interrompeu para afirmar que não houve qualquer negociação e que agradecia sempre a colaboração de quem estivesse envolvido nas áreas em causa, pois, enquanto Vereadores, esse também é um dos seus papéis. Acrescentou que até os próprios munícipes que queiram e possam contribuir são bem-vindos, pois todos os contributos são importantes para que as coisas corram melhor. -----

Retomando a sua intervenção, o Senhor Vereador António Costa da Silva informou que já havia explicado ao Senhor Presidente que, no caso de alguns projetos, as verbas atualmente consagradas para a apresentação de candidaturas são insuficientes e permitem, por exemplo, apenas uma intervenção. Referiu, a título de exemplo, o caso das Áreas de Acolhimento Empresarial e Incubadoras, abrangidas pelo mesmo aviso, em que não seria possível realizar ambas as obras com os montantes disponíveis. -----

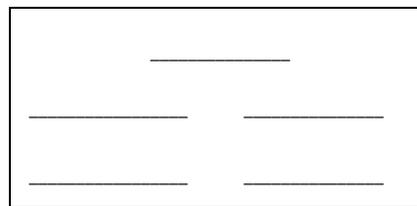
Nessa linha, defendeu que valeria sempre a pena apresentar as duas candidaturas, mesmo que uma fosse apenas com o valor simbólico de 1€, para manter ambas em consideração. -----

Explicou que é possível candidatar-se à Incubadora de Alcáçovas na sua totalidade e, simultaneamente, apresentar uma candidatura simbólica, no valor de 1€, para a Zona Industrial de Aguiar. Acrescentou que, caso exista a prioridade de realizar estes investimentos a nível local, será necessário recorrer a empréstimos. No entanto, sublinhou que este tipo de empréstimo, associado a fundos comunitários, não é contabilizado para efeitos de endividamento municipal. -----

Prosseguindo, referiu que esta situação é recorrente no final de cada quadro comunitário de apoio, quando há falta de execução de projetos. Nessas circunstâncias, quem tiver candidaturas com despesa inicialmente considerada não elegível poderá beneficiar da reclassificação dessa despesa como elegível, passando assim a ser comparticipada. -----

Esse, segundo afirmou, era o verdadeiro desafio, e considerou importante que se refletisse sobre esta opção. Foi por essa razão que questionou a situação, uma vez que há decisões no seio do órgão Câmara que têm de ser tomadas. -----

Em relação ao Bairro Social de Aguiar, no âmbito do programa 1.º Direito e da Estratégia Local de Habitação, com financiamento através do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, referiu-se que se espera que os avanços no grau de maturidade do projeto permitam alcançar um financiamento a 100%, o que seria extremamente importante.-- Sublinhou-se que esta situação demonstra que, mesmo com uma decisão já tomada, não se deve ficar de braços cruzados à espera que as coisas aconteçam. É necessário



agir, lutar pelos objetivos e procurar obter o máximo de financiamento possível, pois quem beneficia com isso é o Concelho de Viana do Alentejo.-----

O Senhor Presidente respondeu que esta situação vinha confirmar que o executivo não tem estado parado e que “não se dão por vencidos”. Afirmou que continuará a lutar para conseguir obter esse financiamento, razão pela qual mantém a vontade de continuar a trabalhar em projetos que, em determinado momento, pareciam perdidos. Salientou ainda que estes projetos, por serem financiados pela União Europeia, não entram para o cálculo da capacidade de endividamento do Município. No entanto, mesmo que entrassem, a Câmara Municipal de Viana do Alentejo dispõe atualmente de uma margem confortável de endividamento, na ordem dos 4 milhões de euros, o que demonstra que a situação financeira é sólida e que o Município está, nas suas palavras, “completamente à vontade”.-----

O Senhor Presidente acrescentou que nunca comprometeria a capacidade de endividamento do Município, garantindo que os objetivos definidos seriam sempre respeitados e nunca ultrapassados.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu, por sua vez, que, no caso dos projetos financiados com fundos comunitários, a componente de contrapartida nacional que possa eventualmente necessitar de financiamento bancário pode ser assegurada através do recurso ao BEI – Banco Europeu de Investimento.-----

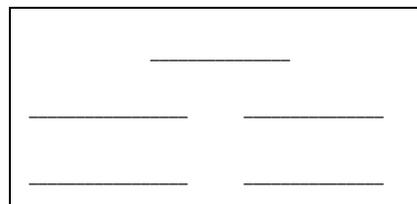
Sublinhou que esta alternativa permite, além de eliminar um conjunto de prazos burocráticos associados a concursos e outros procedimentos, beneficiar de condições mais vantajosas, como taxas de juro mais baixas e prazos de pagamento mais alargados. Esta flexibilidade contribui para uma melhor gestão da tesouraria municipal e para a alavancagem de projetos estratégicos.-----

O Senhor Presidente agradeceu ainda todos os esclarecimentos e informações prestados pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, sublinhando que se tratam de contributos sempre válidos e importantes para alcançar os objetivos pretendidos e chegar a bom porto.-----

Verificou-se a intervenção da Senhora Vice-Presidente, que informou que o valor da inscrição no curso de Nadadores-Salvadores era de 215€-----

O Senhor Presidente acrescentou que este curso representa uma oportunidade para os formandos obterem rendimento, uma vez que existe atualmente uma grande carência de Nadadores-Salvadores. Sublinhou, ainda, que mesmo os participantes que concluírem o curso agora não serão suficientes para responder a todas as solicitações das empresas e das autarquias.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, entrou-se de imediato na Ordem de Trabalhos:----



Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião.-----

Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 24 de maio de 2023;

Após a sugestão de correção apresentada pela Senhora Vereadora Rita Rafael que, não podendo discutir esta ata, informou que a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia havia assinalado uma incorreção, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata referente à reunião ordinária de 24 de maio de 2023. -----

Não participou na votação a Senhora Vereadora Rita Rafael, por não ter estado presente nessa reunião.-----

Ponto três) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião extraordinária de 7 de fevereiro de 2024-Com a respetiva correção, e alteração a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata referente à reunião extraordinária de 7 de fevereiro de 2024. --

Ponto quatro) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 18 de dezembro de 2024 - Depois das correções efetuadas, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata referente à reunião ordinária de 18 de dezembro de 2024. -----

Ponto cinco) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião extraordinária de 27 de dezembro de 2024- A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata referente à reunião extraordinária de 27 de dezembro de 2024. Não votou o Senhor Presidente pelo facto de não ter estado presente nesta reunião. -----

Ponto seis) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara- Foi dado conhecimento da Atividade da Câmara no período compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2024 e 9 de janeiro de 2025. -----

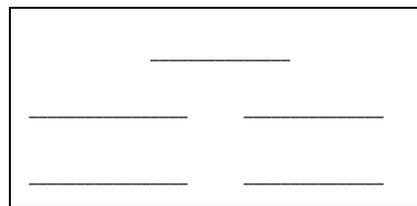
Dia 2 de janeiro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes na Delegação da Câmara, em Alcáçovas. O presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, no edifício dos Paços do Concelho.-----

Dia 6 de janeiro, o executivo em regime de permanência acolheu, nos Paços do Concelho, as crianças do Centro Imaculado Coração de Maria, para ouvir “Cantar aos Reis”. -----

Dia 7 de janeiro, o executivo em regime de permanência recebeu, no Largo dos Paços do Concelho, a Tuna da Universidade Popular Túlio Espanca/Universidade de Évora (UPTE/UE) – Polo de Viana do Alentejo, para ouvir “Cantar aos Reis”. -----

No mesmo dia, no âmbito do 8º aniversário da Tuna da Universidade Popular Túlio Espanca/Universidade de Évora (UPTE/UE) – Polo de Viana do Alentejo, celebrado no passado dia 3 de janeiro, a data foi assinalada, no Cineteatro Vianense, com a presença do executivo. -----

Dia 9 de janeiro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, e o seu chefe de gabinete, Eduardo Luciano, reuniram com o secretário-geral do Ministério da Administração Interna, com o objetivo de avaliar o processo de atualização do Projeto do Quartel da GNR de Viana do Alentejo. -----



No mesmo dia, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, e a técnica da Câmara, Tânia Delgado, reuniram, via videoconferência, com a ATLA – Associação Transfronteiriça dos Municípios Lago Alqueva. (ordem de trabalhos infra)

Ponto sete) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente, datado de 3 de janeiro de 2025, que aprovou a alteração orçamental nº 1 de 2025, que integra a 1ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa e a 1ª alteração permutativa ao

Plano Plurianual de Investimentos - Depois da intervenção do Senhor Presidente, a Câmara ratificou, por maioria, com três votos a favor e uma abstenção da Senhora Vereadora Rita Rafael, o despacho do Senhor Presidente, datado de 3 de janeiro de 2025, que aprovou a Alteração Orçamental nº 1. Essa alteração inclui a 1ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa e a 1ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Ponto oito) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente, datado de 9 de janeiro de 2025, que aprovou a alteração orçamental nº 2/2025 que integra a 2ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 2ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e a 1ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais

Municipais - A Câmara ratificou, por maioria, com três votos favoráveis e uma abstenção, da Senhora Vereadora Rita Rafael, o despacho do Senhor Presidente, datado de 9 de janeiro de 2025, que aprovou a Alteração Orçamental nº 2/2025. Essa alteração integra a 2ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 2ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e a 1ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

Ponto nove) Proposta de abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para Ocupação de um Posto de Trabalho de Técnico Superior (Arquitetura)

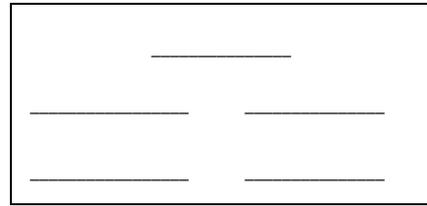
– Por maioria, com três votos a favor e 1 voto contra da Senhora Vereadora Rita Rafael, a Câmara deliberou aprovar a abertura de um procedimento concursal comum para a constituição de uma relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado à ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior (Arquitetura).-----

A Senhora Vereadora Rita Rafael apresentou uma declaração justificativa do seu voto contra, que se transcreve de seguida:-----

“Abrimos mais um concurso, sendo que o do Chefe de Divisão ad DGR continua sem qualquer alteração, situação que seria apenas por 90 dias, quando andamos há 1 ano e 4 meses nisto, nesta ilegalidade. Como aqui já referimos antes e com o qual nos demarcamos pelos pagamentos que estão a ser efetuados.-----

Ponto dez) Proposta de interrupção temporária de trânsito em várias ruas de Viana do Alentejo, devido à realização da Corrida "Viana-a-Par-de-Alvito", no dia 19 de janeiro de 2025-

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de interrupção temporária de trânsito em várias ruas de Viana do Alentejo, em virtude da realização da corrida "Viana-a-Par-de-Alvito", no dia 19 de janeiro de 2025, entre as 8h e as 10h30, nas seguintes vias: -----



- 1- Largo de São Luís;-----
- 2- Rua Médico de Sousa; -----
- 3- Rua António Isidoro de Sousa-----
- ; 4- Rua Teófilo Braga; -----
- 5- Estrada de Vila Nova; -----
- 6- Estrada Municipal 516 até limite do Concelho (09h40 às 10h30) -----
- Estacionamento proibido:-----
- 1- Largo de São Luís; -----
- 2- 2- Rua Medico de Sousa.-----

Ponto onze) Proposta de transferência de verba para a Sociedade União Alcaçovense (Escola de Música), referente ao ano de 2024 - No âmbito do Regulamento de Apoio às Atividades Culturais, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba a Sociedade União Alcaçovense (Escola de Música), referente ao ano de 2024, no montante de 846,00€ (oitocentos e quarenta e seis euros).-----

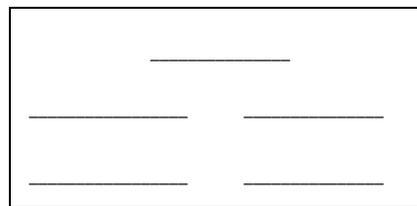
Ponto doze) Proposta de transferência de verba para a Sociedade União Alcaçovense (Banda de Música), referente ao ano de 2024 - No âmbito do Regulamento de Apoio às Atividades Culturais, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Sociedade União Alcaçovense (Banda de Música), referente ao ano de 2024, no montante de 1148,40€ (mil cento e quarenta e oito euros e quarenta cêntimos).-----

Ponto treze) Proposta de transferência de verba para a Sociedade União Alcaçovense (Grupo Cénico da Sociedade União Alcaçovense), referente ao 1º e 2º trimestres de 2024 - No âmbito do Regulamento de Apoio às Atividades Culturais, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Sociedade União Alcaçovense (Grupo Cénico), referente ao 1º e 2º trimestres de 2024, no montante de 620,70 € (seiscentos e vinte euros e setenta cêntimos).-----

Ponto catorze) Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos das Alcáçovas, Associação de Defesa do Património, referente ao 3º trimestre de 2024- A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para os Amigos das Alcáçovas – Associação de Defesa do Património, no âmbito do projeto "Alcáçovas Outdoor Trails", no valor de 600,00 € (seiscentos euros), referente ao 3º trimestre de 2024. -----

Ponto quinze) Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos das Alcáçovas, Associação de Defesa do Património, referente ao 4º trimestre de 2024- A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para os Amigos das Alcáçovas – Associação de Defesa do Património, no âmbito do projeto "Alcáçovas Outdoor Trails", no valor de 600,00 € (seiscentos euros), referente ao 4º trimestre de 2024. -----

Ponto dezasseis) Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos das Alcáçovas (24º aniversário)- A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para os Amigos das Alcáçovas – Associação de Defesa do



Património, destinada à comemoração do 24º aniversário da associação, no montante de 168,00 € (cento e sessenta e oito euros).-----

Ponto dezassete) Proposta de transferência de verba para a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Viana do Alentejo, referente ao IX Festival do

Acordeão, integrado na Feira D'Aires/2024 - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Viana do Alentejo, referente ao IX Festival do Acordeão, integrado na Feira D'Aires 2024, no montante de 800,00 € (oitocentos euros).-----

Ponto dezoito) Proposta de transferência de verba para a Associação Terra Mãe, referente ao 2º semestre de 2024-

Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a transferência de verba para a Associação Terra Mãe, referente às atividades desenvolvidas no 2º semestre de 2024, no montante de 2.400,00 € (dois mil e quatrocentos euros).-----

Ponto dezanove) Proposta de transferência de verba para a Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 (AMREN2) – Quota de 2025

- A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 (AMREN2) – Quota de 2025, no montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), ao abrigo do artigo nº31 dos respetivos Estatutos.-----

Ponto vinte) Proposta de transferência de verba para a Associação Nacional de Assembleias Municipais (Quota de 2025)-

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Associação Nacional de Assembleia Municipais (Quota de 2025), no montante de 1.175,00€ (mil cento e setenta e cinco euros).-----

Ponto vinte e um) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente, que aprovou a Carta de Compromisso de Investimento Social, no âmbito de uma candidatura ao programa "Parcerias para a Inovação Social" –

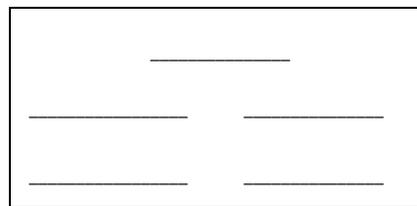
O Senhor Presidente usou da palavra e referiu que teve o cuidado de contactar telefonicamente o Senhor Vereador António Costa da Silva e a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia a propósito deste assunto.-----

A Senhora Vereadora Rita Rafael, tendo em conta a ausência da Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, questionou se o documento que estava para ser ratificado correspondia apenas à declaração de compromisso e, sendo assim, se a candidatura seria posteriormente submetida a reunião de Câmara.-----

O Senhor Presidente esclareceu que a candidatura não era da responsabilidade direta da Câmara Municipal, mas que, caso venha a ser aprovada, terá de ser celebrado um protocolo, uma vez que se trata de uma parceria.-----

A Senhora Vereadora Rita Rafael afirmou que gostaria que fosse resumido o âmbito do referido projeto, uma vez que foi a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia quem acompanhou diretamente esta matéria.

Acrescentou, ainda, que gostaria de saber se os restantes Municípios envolvidos também haviam assinado a declaração de compromisso, uma vez que, pelo que se percebia, cada Município contribuiria com a quantia de 30 mil euros, sendo abrangidos



300 alunos provenientes dos cinco Concelhos. Neste sentido, questionou quantos alunos estariam previstos para o Município de Viana do Alentejo. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael afirmou ainda que considerava inadmissível que apenas dois dias antes da submissão da candidatura tivesse sido dado conhecimento daquele assunto ao Senhor Vereador e à Senhora Vereadora, com vista à tomada de decisão.-----

Referiu que não foi enviada qualquer informação prévia, antes daquela que seguiu pelo sistema Gestiona, o que impossibilitou uma análise atempada da matéria. Questionou ainda quem eram, afinal, os participantes envolvidos nesse projeto. -----

O Senhor Presidente solicitou a presença do Chefe do seu Gabinete, Dr. Eduardo Luciano, que esclareceu que a Câmara Municipal havia sido desafiada, precisamente naquela data e já em cima do prazo limite, pela Associação Cristã da Mocidade de Setúbal, no sentido de o Município se tornar parceiro naquele projeto, através da assinatura de uma carta de intenção ou de compromisso de participação. Essa participação estaria limitada ao valor indicado ou até a um montante inferior, dependendo do número de Municípios que viessem a aderir ao projeto.-----

Salientou que a equipa teve apenas 48 horas para resolver a situação e, nesse contexto, existiam apenas duas possibilidades: ou se perdia a oportunidade de integrar o projeto, ou o Senhor Presidente tomava a iniciativa de contactar o Senhor Vereador e a Senhora Vereadora, colocando-lhes a questão. Concluiu referindo que, até ao momento, ninguém havia levantado objeções quanto à ratificação da decisão. -----

O Dr. Eduardo Luciano frisou que a responsabilidade pela candidatura era da Associação Cristã da Mocidade de Setúbal, razão pela qual esta não foi submetida a aprovação da Câmara Municipal, uma vez que o Município apenas se compromete a participar no projeto até ao montante indicado, e apenas no caso de a candidatura ser aprovada. ----

Tendo em conta o interesse suscitado pelo projeto, o executivo em permanência decidiu assumir a carta de compromisso, sendo esta, posteriormente, submetida a reunião de Câmara para ratificação.-----

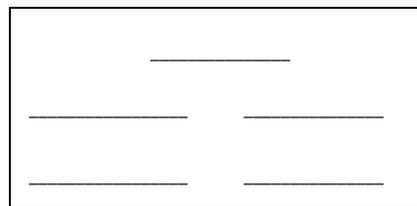
Realçou ainda que este assunto teve lugar entre o Natal e o Ano Novo, pelo que não foi possível dar conhecimento prévio aos demais membros do executivo antes desse período.-----

Voltou a intervir a Senhora Vereadora Rita Rafael, reiterando a questão relativa aos Municípios que também teriam aderido ou assinado a carta de compromisso.

O Chefe de Gabinete do Senhor Presidente respondeu que estavam a aguardar que a Associação Cristã da Mocidade de Setúbal enviasse os documentos atualizados, após a submissão da candidatura.-----

Destacou que havia cinco Municípios interessados — dos territórios do Alentejo Central e Baixo Alentejo —, os quais constam do documento, e que a ideia subjacente ao projeto é que, quanto maior for o número de Municípios que se associem à candidatura, menor será o esforço financeiro exigido a cada um. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael referiu-se ainda ao número de alunos abrangidos pelo projeto, observando que os cinco Concelhos envolvidos totalizavam 300 alunos, o que lhe parecia estranho, uma vez que não se tratava de 300 alunos por Concelho. -----



O Dr. Eduardo Luciano esclareceu que, na construção de uma candidatura deste tipo, é definido um *plafond* mínimo de público-alvo a atingir e que, provavelmente, naquele caso, o objetivo seria alcançar um total de 300 alunos no conjunto dos cinco Concelhos. Explicou ainda que, quando as ações forem direcionadas a uma escola específica, como, por exemplo, a Escola de Viana, todos os alunos dessa escola serão contemplados. Da mesma forma, ao se dirigir a outra unidade escolar, todos os alunos pertencentes a essa instituição também serão envolvidos nas referidas ações.-----

A Senhora Vereadora Rita Rafael questionou se, ao referir-se a Viana, estariam englobadas as freguesias de Aguiar e Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente e o Dr. Eduardo Luciano esclareceram que se tratava do Agrupamento, sendo a referência feita em termos de Concelho. -----

O Dr. Eduardo acrescentou que o cálculo terá sido efetuado com base na população mínima a atingir, de forma a justificar o valor apresentado na candidatura. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael voltou a intervir, questionando se, após a aprovação da candidatura, estariam disponíveis mais dados. -----

O Senhor Presidente respondeu que, nessa fase, será celebrado o respetivo Protocolo.

O Dr. Eduardo Luciano acrescentou que o assunto será posteriormente submetido a reunião de Câmara, tendo em conta o eventual reforço financeiro por parte do Município.-----

Submetido o ponto a votação, a Câmara ratificou, por maioria, com três votos favoráveis e uma abstenção da Senhora Vereadora Rita Rafael, o despacho do Senhor Presidente, que aprovou a Carta de Compromisso de Investimento Social, no âmbito de uma candidatura ao programa "Parcerias para a Inovação Social". -----

Ponto 22) Proposta de deferimento e manutenção de indeferimentos de atribuição de Bolsas de Estudo, após audiência prévia – Usou da palavra a Senhora Vereadora Rita

Rafael, que se referiu à grande quantidade de documentos relativos a este ponto, salientando que os anexos totalizavam mais de setenta.-----

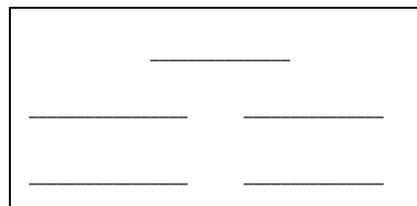
Acrescentou, ainda, que existiam duas situações que, inicialmente, estavam propostas para indeferimento, presumivelmente por não se enquadrarem no disposto no Regulamento. -----

Tendo havido audiência prévia, questionou qual foi a resposta dos respetivos candidatos e por que razão os serviços lhes deram razão, sendo agora proposta a atribuição da bolsa.-----

A Senhora Vereadora salientou ainda que um dos requisitos essenciais das deliberações é a necessidade de fundamentação, sublinhando que não se pode votar uma coisa e, posteriormente, o seu contrário, uma vez que a matéria em causa já tinha sido votada anteriormente.-----

Acrescentou, igualmente, que não são conhecidos os argumentos apresentados, nem existe a devida certificação de que a nova decisão se enquadra nos critérios definidos pelo Regulamento.-----

Neste sentido, a Senhora Vereadora afirmou que, do ponto de vista das Vereadoras do PS, devia constar apenas a proposta de resolução relativa à audiência prévia, entretanto



concluída, bem como os argumentos apresentados pelos alunos, o que não se verifica na documentação apresentada. -----

Alertou ainda para algumas confusões que surgem nos processos de dois alunos, sublinhando que não foi facultado o conhecimento dos argumentos apresentados por estes, o que dificulta a compreensão e fundamentação da proposta de deliberação. ----

O Senhor Presidente realçou a dificuldade na consulta dos documentos através da plataforma Gestiona, mas evidenciou, como aspeto positivo, o facto de se ter acesso ao processo completo. -----

Informou, ainda, que o Técnico de Informática, Sérgio Carvalho, esteve reunido com os formadores do Gestiona, reunião na qual foi explicada a situação relativa à grande quantidade de documentos anexos aos processos. Esta situação foi exemplificada com a visualização de uma sessão da Assembleia Municipal, com o objetivo de transmitir aos formadores a preocupação geral relativamente a esta questão. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael voltou a intervir, reforçando a dificuldade no acesso à documentação na plataforma, uma vez que não é possível identificar a data em que foram introduzidos novos documentos, o que dificulta o acompanhamento e a análise dos processos por parte dos eleitos.-----

Tendo em conta as dúvidas suscitadas neste ponto, a pedido do Senhor Presidente, interveio a Chefe de Divisão da Educação, Saúde e Intervenção Social, Dra. Helena Torrão, para esclarecer a situação relativa a dois alunos, cujo processo apresentava confusão quanto ao estado de indeferido/deferido. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael observou que um dos alunos constava repetidamente no processo, aparecendo tanto na lista dos deferidos como na dos indeferidos. Acrescentou que não tiveram acesso aos documentos apresentados pelo aluno, impossibilitando a apreciação adequada e a justificação para a alteração do estado de indeferido para deferido.-----

A Chefe da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social pediu para consultar a base de dados, de forma a melhor esclarecer o assunto. -----

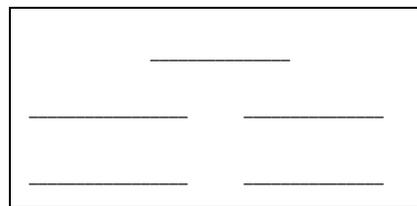
Neste seguimento, referiu que, relativamente ao processo 7009, a lista que acompanhou a proposta não estava atualizada, mas que o processo tinha sido deferido porque a aluna em questão deixou de frequentar uma Universidade Privada e passou a frequentar uma Universidade Pública. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael observou que essa informação não constava dos documentos apresentados.-----

O Senhor Presidente questionou, então, se essa informação não estaria disponível na plataforma Gestiona. -----

A Chefe da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social esclareceu que se trata do processo pessoal do aluno e que, de acordo com o RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados, apenas é entregue o número do processo, após análise pelos serviços. -----

Contudo, referiu que essa informação constava do processo e que, provavelmente, a forma de acesso aos documentos pelos serviços e pelos Senhores Vereadores seria diferente.-----



Relativamente ao processo n.º 7642, informou que tinha ocorrido um lapso por parte da Técnica responsável, o qual foi assumido pela própria. O processo encontrava-se deferido desde o início, tendo-se verificado apenas um erro na inserção nas listagens. A Dra. Helena Torrão acrescentou que o processo se encontrava disponível para consulta, podendo, no entanto, ser enviado ao Senhor Vereador e às Senhoras Vereadoras, caso assim o entendessem. -----

O Senhor Presidente considerou que os referidos processos deveriam ser enviados aos Senhores Vereadores, uma vez que não se encontram facilmente acessíveis através da plataforma Gestiona. -----

A Chefe da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social referiu que este é um processo complexo, dado o elevado número de nomes, documentos, folhas e ficheiros Excel envolvidos. Por esse motivo, felicitou as Técnicas responsáveis pelo trabalho desenvolvido, considerando que o mesmo estava bem executado. A Câmara deliberou, por maioria, com três votos favoráveis e uma abstenção da Senhora Vereadora Rita Rafael, aprovar a proposta de atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo por Carência Económica – Deferimentos e Manutenção de Indeferimentos. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael apresentou uma declaração justificativa da sua abstenção, a qual se transcreve:-----

Tendo em conta a falta de informação e fundamentação e disparidade da mesma, ado que existe um processo repetido em duas listagens, já para não falar do tal desnorte, nós abtemo-nos neste ponto.-----

Importa realçar que nada temos contra as pessoas e apoiamos a atribuição de bolsas na sua totalidade. No entanto, as dificuldades que se verificaram aqui foram muitas” -----

Ponto vinte e três) Proposta de atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social

Escolar - Ano Letivo 2024-2025 - 1.º Ciclo do Ensino Básico – De acordo com a proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar para o Ano Letivo 2024-2025, destinado ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, à aluna Luana Martins Gonçalves do Carmo, da freguesia de Viana do Alentejo, referente ao escalão A (refeições e visitas de estudo).-----

Ponto vinte e quatro) Proposta de substituição da Coordenadora Técnica do CLDS 5G de Viana do Alentejo –

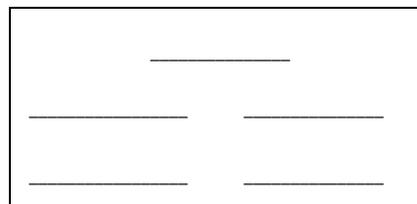
Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Vereadora Rita Rafael, a título de curiosidade, questionou quais os motivos incontornáveis para a substituição da atual coordenadora. -----

O Senhor Presidente respondeu que os motivos se prendiam com razões de ordem profissional.-----

Após os esclarecimentos prestados, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de substituição da Coordenadora Técnica do CLDS 5G – Contratos Locais de Desenvolvimento Social de Viana do Alentejo.-----

Ponto vinte e cinco) Proposta de aprovação do Auto de Medição nº 23, referente à Empreitada de Requalificação da EBSIS -

A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com três votos favoráveis e uma abstenção da Senhora Vereadora Rita Rafael, o Auto de



Medição nº 23, referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, no montante de 46.631,77€ (quarenta e seis mil seiscientos e trinta e um euros e trinta e um cêntimo).-----

Ponto vinte e seis) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos

Complementares nº 9, referente à Empreitada de Requalificação da EBSIS - Proposta de aprovação do Auto de Revisão de preços nº 23, referente à Empreitada de

Requalificação da EBSIS - A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com três votos favoráveis e uma abstenção da Senhora Vereadora Rita Rafael, o Auto de Revisão de preços nº 23, referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, no montante de 21.076,97€ (vinte e um mil e setenta e seis euros e noventa e sete cêntimos). -----

Ponto vinte e sete) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos

Complementares nº 9, referente à Empreitada de Requalificação da EBSIS - A Câmara

deliberou aprovar, por maioria, com três votos favoráveis e uma abstenção da Senhora Vereadora Rita Rafael, o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 9, referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, no montante de 19.051,75€ (dezanove mil e cinquenta e um euros e setenta e cinco cêntimos).-----

Ponto vinte e oito) Proposta para fixação do número de viagens gratuitas a atribuir no ano de 2025 - A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio para esclarecer algumas

dúvidas suscitadas por este assunto. -----

Neste âmbito, questionou quais as Entidades, Organismos e Instituições envolvidas, uma vez que o documento em questão já tinha sido aprovado em reunião de Câmara, referindo-se às escolas. No referido documento constava a expressão “exceto escolas...”.-----

Em sua opinião, este ponto deveria ser clarificado, dado que a Câmara não pode tomar decisões que contrariem os Regulamentos, os quais são aprovados em Assembleia Municipal.-----

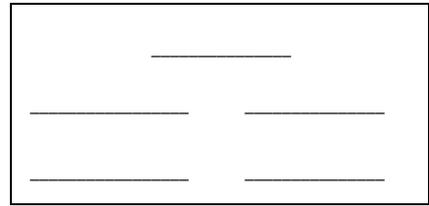
Como exemplo, citou o artigo nº 12, do número 1, alínea b, do Regulamento de Transportes. -----

O Senhor Presidente explicou que, ao solicitar informações sobre este ponto — uma vez que o mesmo é da responsabilidade da Senhora Vice-Presidente —, e por lhe ter suscitado dúvidas, foi-lhe transmitido que o assunto estava relacionado com as escolas e que não dizia respeito às associações. -----

Acrescentou que este tema deverá ter sido discutido numa reunião de Câmara em que não esteve presente, uma vez que não se recordava do mesmo. -----

Reforçou que o que estava em causa, naquele caso, eram as atribuições às escolas, sublinhando que as Associações Culturais e Desportivas têm um regulamento próprio — afirmou. -----

A Senhora Vice-Presidente usou da palavra e esclareceu que a proposta em apreço estava relacionada com a área social, nomeadamente com Associações de Reformados, Centros Paroquiais, Santas Casas da Misericórdia, ou seja, todas as Associações que se



encontram fora do regulamento já existente, o qual abrange as Associações de carácter cultural e recreativo. -----

O Senhor Presidente voltou a intervir, observando que, embora a proposta mencionasse a vertente social, fazia igualmente referência à vertente cultural e recreativa. -----

Nesse contexto, o Senhor Presidente considerou que, sendo as Associações de carácter cultural e recreativo abrangidas por um regulamento próprio, a referência a estas deveria ser retirada da proposta, por não se enquadrar no âmbito da mesma. -----

Assim, sugeriu que a proposta fosse corrigida e alterada, e que fosse revista a questão relativa às escolas. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio, referindo que a questão relativa às escolas já havia sido submetida na reunião de Câmara anterior. -----

Assim, a Câmara deliberou aprovar, por maioria, com três votos favoráveis e uma abstenção da Senhora Vereadora Rita Rafael, a referida proposta com as devidas alterações. -----

O senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e quarenta minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma.

Eu,

, a subscrevi

O Presidente

Os Vereadores

_____	_____
_____	_____

|

|

|

|

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15/01/2025

_____	_____
_____	_____